



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SANTA CATARINA



FORMAÇÃO POLÍTICA PARA MULHERES

A LUTA DAS MULHERES E SUA PARTICIPAÇÃO POLÍTICA
Professora Renata Caleffi

A LUTA DA MULHER E SUA PARTICIPAÇÃO NA POLÍTICA

Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina
Deputado Mauro de Nadal

1º Vice-Presidente: Nilso Berlanda
2º Vice-Presidente: Kennedy Nunes
1º Secretário: Ricardo Alba
2º Secretário: Rodrigo Minotto
3º Secretário: Padre Pedro Baldissera
4º Secretário: Laércio Schuster

Presidente da Escola do Legislativo
Deputada Marlene Fengler

Coordenadora da Escola do Legislativo
Adeliana Dal Pont

PROJETO DA EQUIPE GESTORA DA ESCOLA DO LEGISLATIVO

Alciléa Medeiros Cardoso: Assessoria Pedagógica
Aline Covolo Ravara: Qualificação Profissional
José Motta P. Filho: Secretaria Acadêmica
Juliana E. Bassetti: Comunicação
Laura J. Andrade Correa: Pesquisa e Produção do Conhecimento
Lyvia Mendes Correa: Ensino a Distância
Paulo Wilpert: Formação Política
Rubia Esbrólio: Políticas Públicas e Inclusão

EQUIPE ENVOLVIDA NA FORMAÇÃO POLÍTICA PARA MULHERES

Paulo C. Wilpert: organização, produção e articulação
Marianne dos Santos: organização e produção
Alciléa M. Cardoso: assessoria pedagógica e técnica
Aline C. Ravara: produção, mediação e apresentação
Laura Correa: organização do material didático e apoio à mediação
Juliana E. Bassetti: material para divulgação
José Motta P. Filho: secretaria e apoio técnico
Lyvia Mendes Correa: produção e apoio técnico
Ana Carolina E. Garcia: secretaria
Marina S. de Assis: secretaria
Hedymara Bombassaro: apoio técnico
Mariana B. Teodosio: apoio a organização
Maria Eduarda W. Lemes: capa do material
Claudia F. de Souza: revisão textual

Elaboração do conteúdo ministrado e do material didático
Profª Doutora Renata Caleffi

SUMÁRIO

1. A HISTÓRIA DE LUTA DAS MULHERES NA POLÍTICA BRASILEIRA	3
2. CONTEXTO ATUAL DA REPRESENTAÇÃO FEMININA	4
3. MULHERES, HISTÓRIA E POLÍTICA.....	7
4. CONSIDERAÇÕES E ENCAMINHAMENTOS.....	11
5. SUGESTÕES PARA APROFUNDAMENTO	11
PENSANDO JUNTAS.....	12
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	15
SOBRE A AUTORA.....	17

A LUTA DA MULHER E SUA PARTICIPAÇÃO NA POLÍTICA

Profª Doutora Renata Caleffi

1. A HISTÓRIA DE LUTA DAS MULHERES NA POLÍTICA BRASILEIRA

Por muitos anos (muitos, mesmo), nós, mulheres, tivemos nossa voz silenciada e a história apagada das páginas dos livros e da própria memória nacional. Machismo? Sociedade patriarcal? Falta de direitos? Preconceitos e discriminação? As perguntas são várias e as possibilidades de resposta também. Nesse sentido, lhes pergunto: Como entender o nosso lugar de fala quando não sabemos a história das mulheres na construção do nosso próprio país, estado, município?

A luta das mulheres pela participação política é relevante para que consigamos compreender a linha do tempo dos problemas estruturais que fazem com que, até hoje, tenhamos uma baixa participação política. E você sabe quando essa luta começou? Talvez você arrisque um palpite e me responda: É muito, muito antiga, fazendo referência a algumas aulas de história. Nessas mesmas aulas você pode lembrar que em comunidades mais primitivas a mulher tinha um poder de decisão amplo, e então perceba que a luta pode não ser tão antiga assim. É confuso e contraditório, a gente sabe. E por isso é que avançamos para o mundo mais próximo ao moderno, esse que conhecemos do pós-revoluções. E quando chegamos aqui, percebemos que nossa luta é constante e não tem, especificamente, uma data de início.

E a gente precisa saber sobre todas essas lutas históricas? É claro que não! No entanto, precisamos conhecer o que de mais relevante aconteceu (e continua acontecendo) ao nosso redor, para que seja possível compreender efetivamente o que somos e onde estamos atualmente. Para começar a mergulhar nesse universo, gostaria que você buscasse na memória quantas mulheres estavam presentes na sua educação diária (casa, escola, trabalho). Em minha vida foram muitas: mãe, avós, irmãs, tias, amigas, colegas, professoras etc. Agora busque lembrar quantas mulheres apareceram a você nos livros de história, nos movimentos políticos, nas revoluções - e quanto a essa pergunta eu já adianto a minha resposta: “poucas, muito poucas”.

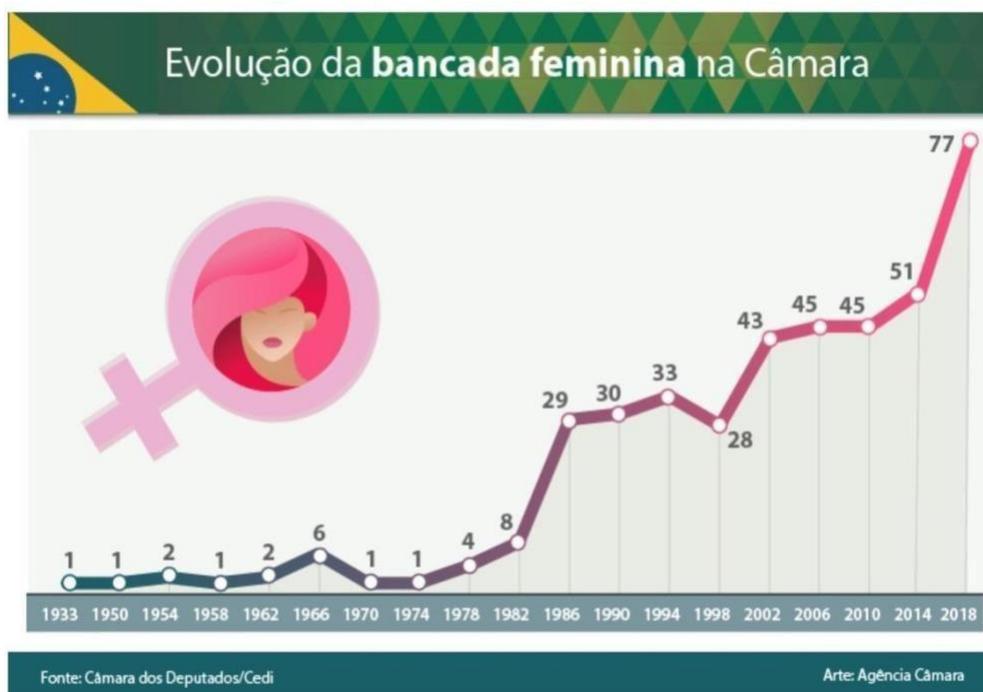
É com essa inquietação da disparidade (ou falta de igualdade) entre o que acontece na vida cotidiana e o que fica na história que conversaremos nesse módulo de aprendizado. O objetivo principal é que possamos juntas reconhecermos a importância da nossa luta diária na construção e efetivação de políticas públicas e, ao mesmo tempo, como conseguiremos melhorar a própria história ao nos colocarmos nela.

Ou seja, vamos discutir juntas como podemos aumentar o número de mulheres em cargos de decisão, como transformar essa luta em nossa, os motivos pelos quais todas as lutas históricas ainda não foram concretizadas e o caminho que ainda teremos à nossa frente. Estão prontas? Tenho certeza que sim!

2. CONTEXTO ATUAL DA REPRESENTAÇÃO FEMININA

O Brasil é hoje um dos países com os piores índices de participação política feminina. Ocupamos o 152º lugar no ranking mundial entre os parlamentos federais. E apesar de ter aumentado em 50% o número de mulheres eleitas nas últimas eleições, na América Latina ainda somos o penúltimo colocado em equidade de gênero na esfera política eleitoral, só estando à frente do Panamá. A Câmara Legislativa conta com 15% de mulheres nos cargos de deputadas. Opercentual baixo é ainda mais duro quando olhamos esses números com mais cuidado. No total temos 513 representantes: 77 mulheres e 436 homens.

E já foi pior, como lhe contei anteriormente, e para comprovar, olhe a Imagem 01, elaborada pela Câmara, que mostra a evolução no número de eleitas desde que as mulheres puderam ser votadas pela primeira vez, em 1933.



Fonte: Câmara dos Deputados, disponível em <https://www.camara.leg.br/noticias/545897bancada-feminina-na-camara-sobe-de-51-para-77-deputadas/>

Se adaptarmos essa imagem estatística para vários outros âmbitos e cenários, também conseguiremos comprovar a baixa representatividade feminina nos cargos de Ministras, Secretárias Estaduais, vereadoras, prefeitas, governadoras, deputadas estaduais, secretárias municipais etc.

E o que essa baixa participação representa para nós? Será que essa falta de participação nos priva de algumas coisas? Ou então impede que consigamos mudar alguma coisa no país? A resposta para ambas as perguntas é sim, e a falta de equidade política nos afeta muito mais do que podemos imaginar. A falta de pluralidade debilita a estrutura democrática. Quando poucas pessoas/etnias/grupos decidem em prol de uma maioria, temos uma falha estrutural e o rompimento com o que significa coletividade, não é mesmo!?

Um dos exemplos que está no momento mais em alta é, por exemplo, a distribuição de absorventes pela rede pública de saúde, como mostrado no programa Fantástico recentemente e que, há anos, já é pauta nos movimentos sociais de mulheres. O projeto de lei apresentado foi rechaçado por alguns dos deputados e, também, pelo então ministro da educação. Não iremos entrar nesse assunto de modo profundo, mas cabe ressaltar a você que enquanto mulheres, sabemos os gastos para comprar absorventes mensalmente, bem como a importância de nos sentirmos "seguras" durante a menstruação.

Se é um componente que faz parte da higiene básica de todas nós, quais os motivos para que ele não esteja disponível para mulheres em situação de extrema vulnerabilidade, tal como já estão as camisinhas, os anticoncepcionais etc.?

A resposta para essa pergunta pode estar justamente no que estamos conversando desde o início do módulo: a baixa participação da mulher na política. Com poucas mulheres ocupando os espaços de poder, os debates sobre os problemas menstruais nunca conseguiram alcançar as esferas de decisão. Aí, quando temos um aumento na participação feminina, automaticamente começamos a discutir assuntos de interesse de nós todas, e que grande parte dos homens não conseguiriam mensurar nem vislumbrar como problema público.

Ainda seguindo esse raciocínio, chegamos ao fato de que essa proposta foi rejeitada e está com tramitação lenta no Congresso (com respostas contrárias, como já mencionado anteriormente). E sabe por quê? Além de sermos minoria nas Casas Legislativas no Brasil, nossa luta por direitos políticos também está ligada ao que acontece depois das eleições. Com poucas mulheres nos cargos, os partidos políticos continuam sendo liderados por homens, que em sua maioria excluem as deputadas e senadoras das principais coordenadorias, como liderança de partido e/ou presidência em comissões. Sem espaço, não conseguimos ter visibilidade política, e sem essa segunda, nossas chances de reeleição caem. E mais: a probabilidade de fazermos história (e aparecermos na história) caem na mesma intensidade, porque não somos referência para os assuntos de maior interesse nacional.

É um ciclo muito difícil, não é mesmo? Então, para você que está lendo esse livro, pode ter aparecido o seguinte questionamento: E o que temos que fazer para transformar essa (dura) realidade? Será que vale a pena eu entrar nesse mundo? A Luta das mulheres e sua participação na política não deve - nem pode -, ser uma luta sozinha. Desde as primeiras ideias para que tivéssemos direito ao voto, incluindo o movimento sufragista, as mulheres buscaram seus direitos em uma luta constante, pacífica e em grupo. Se desistirmos de lutar, certamente a próxima geração ainda sofrerá com a falta de paridade na política e colherá os frutos da continuidade de uma política feita por homens, para homens. Para desejar uma sociedade mais justa, igual e que defenda (independente das escolhas individuais) a sua própria humanidade, precisamos seguir (juntas) essa luta. E eu tenho certeza de que mesmo com tantos empecilhos, problemas, dificuldades, você fará parte dela, e sabe por quê? Porque a política é substantivo feminino e nosso lugar é em qualquer lugar, em todo lugar, no lugar que a gente escolher estar!

3. MULHERES, HISTÓRIA E POLÍTICA

O Deputado Barbosa Lima, em 1891, ao participar da construção da nova Constituição brasileira, vetou a incorporação dos direitos políticos das mulheres porque, segundo ele, a participação da mulher na vida pública abalaria os alicerces da família. A constituição que o deputado auxiliou a escrever, no entanto, não previu que as mulheres não poderiam votar e a dualidade na interpretação fez com que o direito ao voto feminino foi efetivado pela primeira vez no Rio Grande do Norte, em 1928.

Mas somente em 1932, o então presidente, Getúlio Vargas, aprovou o Decreto nº 21.076, o qual garantia que mulheres casadas, com autorização dos maridos, algumas solteiras ou viúvas, condicionadas à renda própria, poderiam votar. Apesar de não ser um direito garantido a todas as mulheres, o decreto é considerado um avanço importante para a participação feminina na política, pois, pela primeira vez na história, o Brasil possuía uma legislação que garantiu direitos políticos para as mulheres.

A primeira mulher a assumir uma cadeira no legislativo federal foi Carlota Queiróz, um ano após o decreto presidencial que garantia o voto feminino. O fechamento do Congresso em 1937, no entanto, impôs uma ruptura da participação feminina na política brasileira, pois após a primeira eleição em 1946, nenhuma mulher conseguiu assumir uma cadeira no Congresso Nacional. A participação no período retratado ainda estava restrita apenas às esferas municipais e estaduais.

Em 1950, mesmo após a consolidação do sufrágio feminino, o novo Código Eleitoral manteve distinções entre o voto feminino e masculino. Durante o Regime Militar, algumas mulheres conseguiram chegar ao Congresso Federal. Mas, apesar de conquistarem um espaço, a participação ainda era discreta. Em nenhuma das eleições o número foi superior a oito cadeiras.

A história muda a partir da eleição de 1986, quando 29 mulheres conquistaram cadeiras no Congresso Federal, gerando a primeira bancada feminina da história. Estas 29 deputadas participaram da Assembleia Constituinte de 88, que trouxe resultados ainda mais significativos para as mulheres, como o Artigo 5º, que garante direitos e obrigações iguais de gênero. Entre 1995 e 1999, a legislatura iniciou as discussões para ampliar a participação das mulheres no espaço político. Em 1995, os debates resultaram na estipulação de cota mínima para candidatura feminina em todas as eleições no Brasil.

A proposta foi elaborada pela deputada federal paulista, Marta Suplicy que, além de conquistar apoio da bancada feminina, também contou com a participação de outros deputados federais. As ações afirmativas, como a política de cotas, visam a quebrar os paradigmas de dominação estabelecidos e que dificultam a efetiva participação feminina na política. Os principais objetivos das cotas femininas são: (i) agilizar o acesso das mulheres às instâncias de representação; (ii) transformar a ordem cultural, de maneira que se consiga superar dentro do imaginário coletivo, o pensamento de que a mulher é incapaz de agir politicamente.

Aqui no Brasil esse primeiro projeto estava baseado nas cotas de gênero europeias, que visavam a mudar as relações de gênero e o poder no continente. No mesmo ano de 95, Suplicy apresentou o projeto de lei nº 783/1995, que reservava 30% das candidaturas ao legislativo para mulheres. A justificativa firmava a possibilidade de um aumento nas discussões legislativas, já que as discussões de gênero, por exemplo, eram prejudicadas com as disparidades do Congresso, além disto, a intencionalidade das cotas era promover uma maior igualdade de direitos entre os sexos, pois, como apresentado no início da introdução, as mulheres foram prejudicadas historicamente com a falta de direitos políticos.

A CCJ da Câmara dos Deputados promoveu uma mudança significativa no projeto que, no entendimento dos estudiosos do tema, acabou prejudicando a participação das mulheres. Ao invés da reserva, foi estipulado que poderia haver um aumento de 20% dos nomes das listas de candidaturas, se estes fossem preenchidos apenas por mulheres. No Senado, ao mesmo tempo, foi aprovada a proposta da senadora Júnia Marise, que propunha a cota mínima de 20%, aumentando o número das candidaturas para 120%. Ou seja, a obrigatoriedade das cotas teria que representar 20 dos 120%. A proposta se tornou a Lei 9100/1995, a qual determinava o preenchimento obrigatório de 20% das vagas dos candidatos da coligação partidária ao legislativo para as mulheres.

Em 1997, antes mesmo de esta lei entrar em vigor, uma nova proposição foi assinada. A Lei 9504/1997 aumentava o número de registro das candidaturas para 150%. Na (não) proporcionalidade correspondente à lei anterior, aumentou-se de 20 para 30% as cotas de registros para mulheres. O aumento de 30% no número de candidaturas e de apenas 10% na reserva das cotas deixa a realidade ainda ineficaz, pois, ainda assim, a presença das mulheres continua inferior ao dos homens.

Como a redação da lei delimitava que não era obrigatória a participação das mulheres, nas eleições de 1998, Veras (2013) observou que apenas o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e o Partido da Causa Operária (PCO) cumpriram os índices de registro de candidaturas de mulheres. E, tanto pela não obrigatoriedade, como pelo aumento no número de candidatos para a legislatura, o número de mulheres eleitas caiu no pleito em questão.

Desde então, várias outras propostas, leis e requerimentos foram apresentados na intenção de melhorar a participação das mulheres na política. Mas ainda convivemos com a baixa efetividade de todas. Por isso, a luta pela ocupação nos espaços de decisão precisa continuar avançando e iniciativas como essa que você está participando ajudam a transformar nosso lugar. Sabe por que isso acontece? Justamente porque compreendemos com essas discussões que os espaços de decisão também são nossos.

Ao mesmo tempo, conseguimos transformar a fala do deputado Barbosa Lima e que ainda é usada por muitas pessoas para deslegitimar a luta das mulheres para ocupar cargos públicos. Com informação, acesso e compreensão da nossa luta, história e informação é que conseguiremos paridade de gênero na política.

Anne Phillips (1995) considera que os problemas referentes à representação se encontram nas instituições e no acesso a procedimentos eleitorais e no Brasil isto se torna evidente na legitimação do discurso e no sistema de financiamento de campanha, que receberam estímulos nas últimas eleições com a criação do financiamento público de campanha com cota para mulheres.

Para Souza (2005), mesmo após as conquistas alcançadas pelas mulheres para participar dos processos políticos, o seu papel dentro desta arena ainda se encontra em discussão, pois ao assumir cargos ou então a sua função de candidata eleita, ela precisa elaborar discursos que a legitimem nesta imagem, fato que não é requerido aos homens.

A mulher precisa se mostrar forte nos ambientes domésticos e políticos para ser competente, copiando, por vezes, o discurso masculino para conseguir essa legitimação. Ao homem, basta legitimar seu discurso de protetor. E é exatamente sobre isso que o deputado Barbosa Lima estava falando em 1891 e que, desde então, segue sendo reforçado dia após dia. Além desses fatores históricos já citados, outro grande problema para as mulheres se estabelecerem como instrumentos políticos está justamente no silenciamento.

Para entendermos melhor, vou fazer mais algumas indagações: qual é a sua maior referência política, dessas que a gente chama de “inspiração”? Ela é um homem ou uma mulher? Agora me conta: Você sabe os caminhos que essa pessoa percorreu para alcançar esse patamar? Agora me conta: Você sabe os caminhos que essa pessoa percorreu para alcançar esse patamar?

Muitas pessoas, quando indagadas sobre esta questão, têm dificuldade de relacionar as lideranças políticas às mulheres e o motivo é simples: elas estão fora do que a gente aprende na escola, no dia a dia. As grandes mulheres que fizeram e marcaram a vida política dificilmente são reconhecidas (e conhecidas). Quando elas não têm rostos definidos, fica difícil ser inspiração para outras mulheres, concorda?

Quanto mais mulheres ocupando cargos públicos, mais chances temos de garotas terem suas referências voltadas para essas mulheres. Com isso, elas conseguem se ver ocupando os mesmos espaços, os mesmos lugares. O sonho de ser prefeita, governadora, deputada ou presidenta cabe no rosto de outras mulheres que abriram caminho para essas conquistas.

O aumento de mulheres dentro do campo político é um passo importantíssimo para a quebra deste ciclo de dominação. No Brasil, apesar da Constituição de 1988, em seu Artigo 5º, inciso 1º, trazer o princípio da paridade entre os sexos: “homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações nos tempos desta constituição” (BRASIL, CF 1988), na prática, dentro do campo político o princípio não produz mudanças substanciais, pois os números de mulheres encontram-se em situação inferior comparadas aos homens, mesmo sendo um número maior na sociedade brasileira.

Portanto, mesmo compondo o maior percentual eleitoral e populacional na sociedade, as mulheres ainda fazem parte dos grupos minoritários em decorrência da distribuição desigual entre mulheres e homens dentro das arenas político-decisórias. O reflexo da baixa representatividade feminina no campo político no Brasil fica evidente na ausência de políticas públicas direcionada às mulheres, como já falamos do caso dos absorventes em espaços específicos para adolescentes e mulheres em situação de vulnerabilidade social.

É por isso que a luta das mulheres é uma luta conjunta, comunitária, intensa e longa. Para inspirar, precisamos aparecer. Para aparecer, precisamos estar presentes, para estar presentes, precisamos lutar. É um ciclo em que uma coisa depende da outra, não é mesmo?!

CONSIDERAÇÕES E ENCAMINHAMENTOS

A presença das mulheres na política brasileira pode ser considerada recente. Apesar dos vários avanços de direitos, a igualdade de gênero só foi normatizada na Constituição Federal de 1988. Desde lá, outras leis auxiliaram no processo de garantia desses direitos, embora ineficientes, em sua grande maioria, e que deixam ainda o Brasil nos últimos lugares do mundo quando o assunto é paridade de gênero.

A participação da mulher na política ainda é pequena, mas a discussão vem crescendo e se tornando uma ferramenta de empoderamento para as cidadãs. Conhecer nossa luta, nossos direitos, as possibilidades que temos ao enfrentar um cenário que parece assustador é o que ajuda a transformar ainda mais essa nossa história.

Esse módulo não teve como objetivo principal mostrar para você todas as respostas sobre as lutas das mulheres, nem quais delas foram melhores ou mais eficientes. Na verdade, o objetivo foi justamente colocar mais indagações em sua mente e proporcionar momentos de reflexão, a fim de que você pense em tudo o que podemos ainda conquistar (e ser).

SUGESTÕES PARA APROFUNDAMENTO

SITE: O site <https://www.institutoupdate.org.br/publicacoes/> é um lugar com muitas informações sobre as mulheres e a política. Além disso, eles produziram um conteúdo audiovisual no ano passado sobre a possibilidade de aumentar o número de mulheres na política, visitando espaços da Argentina e Brasil, confrontando realidades diferentes e mostrando caminhos para avançarmos.

DOCUMENTÁRIO: “Virando a mesa do poder” é um documentário da Netflix que conta a história da eleição de Alexandria Ocasio-Cortez que, mesmo sem recursos financeiros e sendo garçonne, conseguiu virar o jogo e ganhar as eleições para a câmara legislativa estadunidense.

ORGANIZAÇÃO: ONU mulheres. <https://www.onumulheres.org.br/>. A organização atua diariamente na consolidação e construção de políticas públicas para mulheres, atuando junto a governos e instituições para paridade e equidade de gênero. Vale a pena seguir nas redes sociais e as atualizações no site da ONU.

PENSANDO JUNTAS

Destaques e anotações sobre as aulas da Profª Drª Renata Caleffi elaborados pelas gestoras da Escola do Legislativo Laura Josani Andrade Correa e Aline Covolo Ravara

Uma vez que já tratamos dos aspectos de autoconhecimento para o melhor desempenho no mercado de trabalho com a professora Mellyssa. Chega o momento de voltarmos ao registro da memória de mulheres que marcaram a história da participação política feminina. Nossa formação tem esse propósito de refletir sobre a situação das mulheres na contemporaneidade, tanto no âmbito pessoal e individual quanto nas relações sociais implicadas pela política.

A palestrante destacou a atuação pioneira de algumas mulheres como Alzira Soreano que foi eleita prefeita, em 1929, com 60% dos votos na cidade de Lages, no Rio Grande do Norte. Também citou Eunice Mafalda Berger Michiles, uma professora e política brasileira que representou o Amazonas no Congresso Nacional, em 1979. Outra figura histórica que está marcada na memória da representação política brasileira é Antonieta de Barros. Essa parlamentar que contribuiu para a educação, a comunicação e a cultura de Santa Catarina. Ela foi professora, jornalista e escritora. Abriu caminhos que até hoje não foram retomados pelas mulheres catarinenses. Ela continua como a única deputada estadual que apresentou a interseccionalidade: classe popular, mulher e negra.

Mesmo que tenhamos passado muito tempo sem avanços significativos para a história da política feminina no Brasil tivemos algumas conquistas como eleger as governadoras, Roseana Sarney, em 1994/98/2010, pelo estado do Maranhão; Fátima Bezerra, em 2020, pelo Rio Grande do Norte e a presidente Dilma Rousseff, em 2010/2014, em se tratando do poder executivo. Ainda assim fica o alento e o exemplo de países como o México que teve nas últimas eleições um número expressivo de mulheres chegando ao poder. E ao tomarem esses lugares de representação tiveram como iniciativa pleitear a paridade de gênero em todos os cargos decisórios nas três esferas do poder: executivo, legislativo e judiciário. Apesar de ainda não estamos no patamar das conquistas mexicanas, o parlamento estadual catarinense apresenta o protagonismo da Deputada Marlene Fengler como a primeira mulher a ser presidente da Escola do Legislativo em 2019.

Na sua gestão houve mais aproximação do legislativo com a população através da educação, com a oferta de formação política e qualificação profissional por meio de eventos presenciais regionalizados e da implantação do ensino a distância. Outro fato que merece destaque na ocasião desta Formação Política Para Mulheres é a iniciativa do projeto de Lei 86.1/2019 que estabelece como atividade extracurricular obrigatória o ensino da história de mulheres do campo e da cidade nas escolas de Santa Catarina.

O projeto de Lei foi de autoria da Deputada Estadual Luciane Carminatti e teve o apoio das Deputadas Ada De Luca, Ana Paula Lima e Marlene Fengler. Situação atual do projeto: foi aprovado na CCJ e aguarda votação na Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público. Precisamos evitar o apagamento da memória das mulheres que marcaram nossa história. “Não reconhecer as mulheres na história brasileira e sua contribuição é também uma violência de gênero gravíssima que demanda políticas públicas próprias, como incentivo à pesquisa e fomento de iniciativas de comunicação — não apenas documentais, como séries de ficção e voltadas ao público infantil— para uma educação igualitária.” Trecho do texto, na Folha de São Paulo, de Ivy Farias, Jornalista, é diretora de "A Voz de Quem Deu Voz às Mulheres", curta-metragem que recupera os registros sonoros da deputada Bertha Lutz.

Além da forte questão do apagamento da memória das realizações e conquistas femininas, a palestrante aponta também os grandes desafios daquelas que optaram pela vida política partidária, seja no executivo ou no legislativo. Assim como a professora Eneida destacou que as mulheres na política são tratadas como "corpo público" trazendo sérias consequências como desrespeitos generalizados, assédio e violências.

É relevante que saibamos dessa realidade de dor, opressão e rejeição a que são submetidas as nossas representantes que ousam sonhar com uma sociedade justa e equilibrada. Para combater essas injustiças a saída é termos mais mulheres na política para que deixemos de ser a novidade. Assim mudamos essa mentalidade de que a presença feminina nos espaços públicos causa incômodo.

Temos que estar unidas e preparadas para prestarmos a solidariedade e o acolhimento necessários para seguir em busca desse ideal das mulheres ocuparem os espaços de poder.

A sociedade estruturalmente machista vê a mulher como pertencente ao espaço privado enquanto o homem pertence ao espaço público. Além das violências sofridas pelas mulheres ao ousarem participar do espaço público é preciso também questionar a forma como espaço público foi constituído de e para homens. Os homens foram formados para se manterem completamente alheios a qualquer responsabilidade com a casa, a família e os filhos. Homens se aventuram pelo mundo e são ensinados que sempre haverá uma mulher cuidando de tudo. Se os homens podem trabalhar o dia todo, participar de jantares e viajar, inclusive nos finais de semana, é porque existe uma mulher que assume todas as tarefas referentes ao espaço privado. As mulheres não são remuneradas para tal atividade, as mulheres estão exaustas e sobrecarregadas de atividades. Aqui cabe destacar o livro “O Marco zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista” da Silvia Federici.

Mulheres e homens tem vida pública e privada. É preciso reivindicar que os homens assumam suas responsabilidades referentes ao espaço privado. Muitas mulheres desistem de participar da esfera política pela dificuldade de equilibrar vida pública e privada. Algumas mulheres para poder ocupar um cargo político se veem obrigadas a terceirizar os cuidados com a casa e os filhos, pela falta de ajuda do companheiro e rede de apoio. E para ocupar essa lacuna, muitas vezes em tempo integral, são contratadas mulheres pobres, negras e periféricas para assumirem o tão pouco valorizado trabalho do cuidado. Essas mulheres socialmente alocadas em situação de subalternidade deixam de cuidar da própria casa e dos filhos para se dedicar à família dos empregadores.

Por isso é importante que nosso feminismo seja interseccional. É fundamental lutar por equidade de gênero, racial e de classe. Cito aqui para refletirmos o filme "Que horas ela volta". É um filme brasileiro de 2015, do gênero drama, escrito e dirigido por Anna Muylaert. O filme é protagonizado por Regina Casé e trata dos conflitos que acontecem entre Val, uma empregada doméstica do Brasil e seus patrões de classe média alta, criticando as desigualdades da sociedade brasileira.

Uma sociedade justa e equilibrada. Para combater essas injustiças a saída é termos mais mulheres na política para que deixemos de ser vistas como novidade/visitas. Assim mudamos essa mentalidade de que a presença feminina nos espaços públicos causa incomodo. Temos que estar unidas e preparadas para prestarmos a solidariedade e o acolhimento necessários para seguir em busca desse ideal das mulheres ocuparem os espaços de poder.

Mesmo com as dificuldades devemos seguir firmes na caminhada rumo a um país com paridade de gênero e igualdade. Somente a partir da esperança e da união chegaremos a transformação social através da política, seja participando da rede de apoiadoras das candidaturas femininas ou candidatas.

Ser protagonista, ter todos os olhares, expectativas e cobranças voltados a única pessoa, em tempo integral, pode ser exaustivo e desanimador. A professora Elizete Lanzoni pontuou a relevância e impacto das campanhas coletivas de mulheres. As campanhas coletivas são uma maneira de colocar em prática a rede de apoio entre mulheres. Possibilitando uma divisão justa de tarefas. União de forças para enfrentar às violências a que as mulheres são submetidas nos espaços de poder. Ao compartilhar as tarefas, além da amplitude trazida pelos múltiplos olhares femininos, as mulheres terão mais chances de equilibrar vida privada e pública. Por isso, momentos de formação como este são fundamentais para o fortalecimento de nossos laços através da construção coletiva do conhecimento motivada pelos debates e reflexões.

Agora que conhecemos um pouco mais da história dessas mulheres pioneiras na política do Brasil, partiremos para o tema da igualdade de gênero nos espaços de poder.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Clara M. O. (1999). Cidadania incompleta: o impacto da lei de cotas sobre a representação política das mulheres no Brasil. Tese de Doutorado. Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia, IFCS/UFRJ. Rio de Janeiro.

KREUZ, Leticia; SALGADO, Eneida Desiree. Estratégias eleitorais para aumento da representação de mulheres: experiências estadunidense e brasileira de apoio a candidaturas femininas. In: BERTOTTI, Bárbara Mendonça et al. (org.) Gênero e Resistência: memórias do II Encontro de Pesquisa por/de/sobre Mulheres. Porto Alegre: Editora Fi, 2019. p. 91-112

SALGADO, Eneida Desiree; CALEFFI, Renata. Cotas e representação uma proposta. Gazeta do Povo, Curitiba, May 4, 2015.

SILVA, Walmyr Jorge Freitas da. A efetividade da política de cotas para as mulheres nos partidos políticos: uma revisão teórica. Belo Horizonte, 2012.

SOUZA, Adjane Rodrigues de. Mulher, poder e política: representação política e lei de cotas nas eleições em Goiás. Universidade Federal de Goiás, 2005.

SOUZA, Mayara V. CALEFFI, Renata; Representatividade feminina: um retrato da situação das mulheres nas câmaras de vereadores de 50 municípios do Paraná. Revista da Assembleia Legislativa do Paraná, 2016.

VERAS, Gabriella Galdino. A representação feminina na política brasileira: análise sobre a efetividade da cota de gênero prevista na Lei 9.504/97. Brasília, 2013.

BANCADA FEMININA NA CÂMARA SOBE DE 51 PARA 77 DEPUTADAS: Na nova legislatura, 15% das cadeiras da Casa serão ocupadas por mulheres, em vez dos 10% atuais. Brasília, 08 out. 2018. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/545897-bancada-feminina-na-camara-sobe-de-51para-77-deputadas/>. Acesso em: 05 maio 2021.

PROJETO DE LEI QUE PREVÊ ABSORVENTE DE GRAÇA UNE BANCADA FEMININA: A proposta foi apresentada pela deputada Tabata Amaral (PDTSP) às vésperas do Dia Internacional da Mulher. Brasília, 11 mar.2020. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2020/03/11/interna>.

SOBRE A AUTORA

Jornalista, Docente de Ensino Superior e Diretora de Comunicação do Instituto Política por.de.para Mulheres. Formada em Comunicação Social (habilitação em Jornalismo) pela Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro); pós-graduada em Letras pela mesma instituição de ensino; Mestre em Comunicação, na linha de pesquisa Comunicação, política e atores coletivos, pela Universidade Federal do Paraná (2013-2015) e Doutora em Políticas Públicas pela mesma UFPR (2015-2018). Tem experiência na área política, atuando em assessorias de comunicação públicas e privadas, com destaque para o período no executivo municipal, onde exerceu um cargo de liderança como Secretária de Comunicação na Prefeitura de Guarapuava (2019-2020).